

OS DESAFIOS DA HISTÓRIA EM TEMPOS DE NEGACIONISMO: ENSINO NA PRODUÇÃO DE PODCASTS

THE CHALLENGES OF HISTORY IN TIMES OF DENIALISM: TEACHING IN THE PRODUCTION OF PODCASTS

Cesar Agenor Fernandes da Silva¹
Marcelo de Souza Silva²

Resumo: Existe demanda por conhecimentos históricos e, com isto, têm crescido o número de iniciativas de divulgação pública na área em formatos digitais. Entretanto, enfrentamos também o problema do negacionismo que encontra público amplo. Analisamos no presente artigo como os podcasts têm crescido em relevância nas ações de combate aos negacionismo e de promoção de *e-learning* por meio da aproximação com o conceito de História Pública, da análise de práticas internacionais e do relato de experiência da produção do podcast *Fronteiras no Tempo*. A mídia Podcasts está entrelaçada com diferentes formas de ensino e educação histórica digital e é um dos caminhos para aproximação de diferentes comunidades históricas e historiográficas com públicos amplos e variados, em diálogo umbilical com um dos aspectos centrais da História Pública.

Palavras-chave: História Pública; Ensino de História; Podcasts

Abstract: There is a growing demand for historical knowledge, leading to an increase in public dissemination initiatives in the field through digital formats. However, we also face the challenge of denialism, which finds a broad audience. In this article, we analyze how podcasts have gained relevance in combating denialism and promoting e-learning by engaging with the concept of Public History, examining international practices, and presenting the experience of producing the podcast *Fronteiras no Tempo*. Podcast media is intertwined with various forms of digital historical education and teaching, serving as a pathway to connect different historical and historiographical communities with broad and diverse audiences, closely aligned with one of the central aspects of Public History.

Keywords: Public History; History Teaching; podcasts

¹ Doutor em História e Cultura Social pela Unesp/Franca, Professor Adjunto na Universidade Estadual do Centro Oeste/PR, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3197984540301383>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0135-5084>, e-mail cesaragenor@unicentro.br.

² Doutor em História Social pela UFRJ. Professor Adjunto na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6899837344771659>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2815-5528>, e-mail marcelo.silva@uftm.edu.br.

PODCASTS DE HISTÓRIA, HISTÓRIA PÚBLICA E NEGACIONISMO

Por muitos anos o ensino de História tem sido alvo de reflexões dos profissionais da área, ainda que a criação de políticas públicas de educação nem sempre levem em consideração estes debates. Mais recentemente, passamos por grandes mudanças no ensino de forma geral, com a aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), na qual foi imposta uma relação mecânica entre currículo e avaliação por resultados alinhada à uma visão neoliberal de educação, com menos direitos de aprendizagem e um contraditório estímulo à autoaprendizagem (FELIPE, et. al., 2021). A BNCC traz um novo desafio para professores, professoras e pesquisadores que vêm trabalhando na perspectiva da História Pública. Enquanto intelectuais, estes profissionais deverão lidar com as imposições da BNCC, fazendo a mediação didática que poderá, assim esperamos, diminuir os prejuízos que um currículo único pode trazer para a democratização efetiva do ensino. No caso da História os riscos são ainda maiores, visto que existem muitas formas de expressão e difusão do conhecimento da área as quais nem sempre, ou quase nunca, estão ancorados nas pesquisas e debates historiográficos. Evidentemente, esta situação não é nova, mas certamente ela possui volume bastante alargado no mundo atual, com o desenvolvimento dos meios digitais de comunicação. Neste artigo, através da análise de experiências internacionais e de um caso brasileiro – o podcast *Fronteiras no Tempo*³, produzido pelos autores deste texto desde 2014 – propomos a reflexão sobre como os podcasts podem contribuir para colocar os profissionais da História de forma mais ativa nos debates públicos sobre nossa área e, assim, efetivamente contribuir no combate ao negacionismo no ensino destes temas

Nós historiadores passamos a debater há pouco tempo sobre as implicações dos usos das tecnologias digitais, percebemos que a criação de uma cultura digital e de uma cultura histórica digital devem ser consideradas, pois trazem como consequência a possibilidade de que o conhecimento produzido nas pesquisas acadêmicas perca o seu sentido para a sociedade. O amplo acesso a documentos históricos digitais e o advento da Web 2.0 fizeram com que as pessoas se sentissem mais à vontade para fazer a sua história sem a mediação dos historiadores profissionais (NOIRET, 2015).

Ante os desafios impostos por estas mudanças de comportamento em relação à tecnologia para acesso a informações e, ademais, frente a outros inumeráveis problemas que os docentes enfrentam no cotidiano escolar, o uso das tecnologias digitais de comunicação vêm ganhando espaço como um fator que potencialmente poderia ajudar na criação de experiências de aprendizagem que

³ O podcast *Fronteiras no Tempo* pode ser ouvido em várias plataformas de transmissão, especialmente o Spotify, e tem uma média de 14500 interações com os utilizadores deste aplicativo por episódio, segundo dados oferecidos pelo próprio aos criadores do programa. Compreendemos que a audiência e a forma de a medir devem ser problematizadas, mas este debate não cabe nos objetivos deste artigo.

consigam se mostrar significativas. Neste campo, os podcasts cumprem papel cada vez mais relevante. A quantidade de produções deste estilo tem aumentado anualmente, passaram a ser utilizadas em todos os níveis de ensino, seja indicando programas para serem ouvidos e analisados, seja na produção destes por parte dos discentes. As possibilidades são expressivamente grandes, assim como os ganhos na aprendizagem.

Podcasts são produzidos e consumidos no Brasil desde 2004, mas podemos afirmar que no início da década de 20 do século XXI, em contexto de uma pandemia global, presenciamos um aumento exponencial na quantidade de produtores independentes e profissionais e, sobretudo, de ouvintes de podcasts. Estima-se que atualmente no Brasil existem entre 20 e 36 milhões de ouvintes, de acordo com os dados levantados e analisados pela Associação Brasileira de Podcast (ABPod), fundada em 2005, a partir da Podpesquisa.⁴

Os dados da Podpesquisa demonstram uma constante: os conteúdos históricos estão entre os que têm maior poder de atrair o público. Em 2020, história ficou em 4º na preferência dos ouvintes e produtores que foram sujeitos da pesquisa (cerca de 20 mil), figurando atrás, mas não muito distante, das seguintes temáticas: *Cultura Pop*, *Humor/Comédia* e *Ciências*. História desperta mais interesse do que temas políticos, sexuais e de saúde, por exemplo. Ou seja, existe de forma mensurável na sociedade brasileira um interesse real por nossa área do saber, o que nos traz a demanda de pensar e executar projetos que aproximem a forma como os saberes históricos são produzidos e construídos na academia com públicos mais amplos.

Contudo, embora as oportunidades de comunicação de historiadores com outros públicos seja uma realidade, é importante ressaltar que a preferência por conteúdos históricos não está diretamente relacionada aos saberes produzidos na academia, pois essa demanda pode ser associada a cultura de história existente em sociedades ocidentais. Marcelo Abreu e Nara Cunha, em artigo intitulado “Cultura de história, história pública e ensino de história” (2019), estabeleceram parâmetros importantes para compreendermos esta cultura, cuja emergência se deu:

[...] a partir do momento em que, desde os finais do século XVIII, o passado se popularizou em formas as mais variadas [...]. Os diferentes casos nacionais estudados [...] identificam a popularização e a apresentação do passado em teatro, museus, monumentos, diferentes gêneros literários, práticas populares de colecionismo e outros meios, que estabeleceram um gosto pela história, necessário ao surgimento de uma história científica” (ABREU & CUNHA, 2019, p.117)

O saber histórico, como ressaltaram Arno Wheling (1973) e Elias Tomé Saliba (2008), se fez presente nos projetos de construção das ideologias românticas nacionalistas e do historicismo, que

⁴ Organizada anualmente desde 2008, sem interrupções, a pesquisa conduzida pelos membros da ABPod e em parceria com a *Rádio CBN* traz números e análises interessantes sobre o perfil de ouvintes e produtores de Podcast no Brasil. ABPod - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTS. Website. Disponível em: [PodPesquisa – abPod](https://www.abpod.org.br/podpesquisa)

foram fundamentais para institucionalização acadêmica da história no século XIX. Entretanto, a síntese das discussões em torno da cultura de história realizada por Abreu e Cunha nos levam à compreensão de que a cultura de história não está necessariamente vinculada ao que produzimos academicamente, pois o gosto pela história em nossos dias, assim como nos séculos XVIII e XIX, pode estar associado a diferentes produtos culturais, tendo eles passado ou não pelas mãos de historiadores profissionais. Por sua vez, o saber produzido sobre o passado de forma profissional também é um dos elementos fundamentais para a construção dos saberes escolares e da chamada consciência histórica, constituindo e realimentando a cultura de história coetânea.

Marcelo Abreu e Nara Cunha realizaram uma anamnese com estudantes de história e evidenciaram que a formação do gosto e do interesse pela nossa área do saber não vieram, na maioria dos casos, do contato com a produção profissional, mas de diferentes produtos da cultura de história da nossa sociedade, como jogos eletrônicos, histórias em quadrinhos, longas metragens, programas e documentários televisivos. Neste sentido, é plausível afirmarmos que a posição dos temas ligados a História entre os tópicos preferidos dos ouvintes de podcasts tem relação direta com a cultura de história desenhada por Abreu e Cunha.

É neste momento de nossa argumentação que podemos deixar clara a associação entre a produção de podcasts e a chamada História Pública, cuja evidência e popularização crescente no Brasil nos últimos anos da década de 10 e no início da década de 20 do século XXI, têm convidado historiadoras e historiadores de diferentes matizes teórico-metodológico à reflexão. Mesmo tendo nascido como um projeto de ensino e popularização da ciência, o podcast Fronteiras no Tempo foi criado, em 2010, a partir das reflexões que, posteriormente, foram levantadas pela História Pública.

Inicialmente, podemos afirmar em linhas gerais que História Pública⁵ refere-se às práticas, reflexões e estudos de atuação de historiadores e historiadoras fora dos seus espaços naturalizados – i.e. na educação básica e na academia. Ou seja, diz respeito as formas de se comunicar, interagir e produzir conhecimento histórico “para” e “junto” com públicos mais amplos e variados, sejam eles em espaços institucionais como museus, parques, sociedades históricas, em empresas privadas, junto ao poder público, entre outros, ou, também, em meios de comunicação de massa ou veículos independentes como canais do Youtube, podcasts, blogs, Wikipedia,⁶ redes sociais etc.

A produção e divulgação do conhecimento histórico voltadas ao “grande público” é uma das dimensões mais evidentes da história pública. Ao contrário do que ocorre em países como os Estados

⁵ Para uma leitura sobre o estado da arte atual da história pública no Brasil e no exterior recomendamos a leitura do texto intitulado “História Pública: um desafio democrático aos historiadores”, presente no volume II da coleção história do tempo presente (ROVAI, 2020)

⁶ Sobre a relação entre o conceito de autoridade compartilhada e as práticas em história pública consultar VARELLA & BONALDO (2020).

Unidos e Canadá, por exemplo, nos quais os historiadores públicos encontram campos mais férteis de atuação, no Brasil o distanciamento da produção do conhecimento histórico na academia em relação à sociedade e até mesmo à educação básica, somado à ausência de espaços de atuação profissional diversificados, tem conclamado os profissionais da história a uma maior participação nos debates públicos.

As redes públicas virtuais ou redes sociais, bem como as produções midiáticas independentes de audiovisuais e textuais em diversos espaços da internet, estão entre as possibilidades de estudo, produção, atuação e divulgação científica da história. Porém, por ser um espaço aberto e um verdadeiro receptáculo para qualquer tipo de informação e/ou versões da realidade, percebe-se que a memória e a história são alvos preferencias de discursos que tentam, de forma explícita, remontar o passado de forma a justificar as atuações políticas, sociais e morais do presente, tendo como prática recorrente um discurso que desqualifica a abordagem profissional da história, ignorando propositalmente o pluralismo historiográfico e o trabalho sistemático e científico realizado por historiadoras e historiadores (AVILA, 2020).

Parte dessas construções narrativas sobre o passado tem se beneficiado de um fenômeno que em sua origem era extremamente positivo, o acesso amplo a *corpus* documentais disponibilizados virtualmente em arquivos e acervos digitais na internet. Materiais que ficavam guardados em caixas nos centros de documentação e arquivos públicos por décadas e sem acesso, hoje podem ser lidos por qualquer pessoa. Isso é maravilhoso e democrático, diga-se de passagem, contudo, muitas vezes os documentos são selecionados e lidos de forma arbitrária e sem a crítica devida, configurando-se como um dos elementos que permitem uma reconfiguração do passado “à moda da casa”.

A criação do podcast *Fronteiras no Tempo* se deu neste contexto no qual percebemos que a participação de historiadores nestes espaços virtuais era cada vez mais necessária, especialmente no cenário de crise vivenciada em relação ao lugar que parcelas da sociedade têm reservado ao conhecimento histórico produzido na academia (MENEZES, 2019). Também nos impulsiona ao debate público a crescente visibilidade de narrativas que tentam subverter o passado, reconstruindo a memória social, numa tentativa de modificar os sentidos do passado no presente, em um movimento batizado pelo historiador Marcos Napolitano de “negacionismos revisionistas” ou “revisionismos ideológicos” (NAPOLITANO, 2020). Sobre as práticas negacionistas a historiadora Marta Rovai (2020, p.132) afirma que são:

Discursos que procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-os das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada “verdade” ou “honestidade” histórica. Assim, por meio de redes públicas virtuais e pelas mais diversas formas de difusão, promovem a desqualificação do conhecimento produzido a partir do acúmulo conflituoso de saberes e da objetividade

científica na Academia, nomeando-o de “doutrinário” a fim de colocarem-se em seu lugar como legítimos [...].

A historiadora prossegue sua reflexão acerca da relação de parcela da sociedade brasileira com a produção do conhecimento sistematizado em história,

[...] a produção e conhecimento histórico fora dos parâmetros científicos e fora da Academia sempre foi olhada com certo desdém e desqualificação – talvez “uma coisa menor” - acostumados que sempre fomos a acreditar que monopolizávamos os métodos, as técnicas e a escrita da história, e uma vez que éramos mais preparados para pesquisar, registrar e analisar os acontecimentos (ROVAI, 2020, p.132).

Em 2021, a *Revista Brasileira de História* publicou o dossiê intitulado “Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa”, organizado por Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avelar e Berber Bervenage. No texto que apresenta o dossiê os autores chamaram atenção para a transformação conceitual e social pela qual o negacionismo passou. Ele surgiu na França como um fenômeno que refutava a existência do holocausto judaico e de outros genocídios e hoje se apresenta de forma muito mais difusa tanto do ponto de vista geográfico quanto de autoria, sendo que estes discursos passaram a ser produzidos de forma coletiva e difundida por redes virtuais. Nega-se, por exemplo, o genocídio armênio, criam-se versões distorcidas dos massacres que ocorreram em Ruanda nos anos 90 do século XX (VALIM, AVELAR & BERVENAGE, 2021, p.14-17) e no Brasil, como Marcos Nestor Stein escreveu no editorial da revista que contém o dossiê, “muitas narrativas negacionistas objetivam deslegitimar algumas lutas e conquistas de grupos que historicamente foram explorados e/ou marginalizados em nossa sociedade, como negros, quilombolas, indígenas e mulheres (2021, p.8)”

Valim, Avelar e Bervenge (2021, p.18) também chamam atenção para o fenômeno que descrevemos anteriormente, ao afirmarem que:

os negacionistas também puderam ver seus pontos de vista e reivindicações confirmados pelo chamado “efeito de câmara de eco”, criado pelos algoritmos que sustentam muitas das novas mídias sociais [...]. Enquanto a elaboração e a disseminação de formas clássicas de negacionismo e revisionismo históricos frequentemente envolviam investimentos consideráveis (e riscos) para os negacionistas profissionais, os recursos interativos da internet permitiram um modo diferente de produção e expansão destes discursos, com base em contribuições muito mais modestas e menos coordenadas de um grande número de pessoas.

Os autores argumentam, ainda, que as novas tecnologias alteraram a maneira como são avaliadas as afirmações proferidas pelas autoridades epistêmicas, geralmente questionando a sua autenticidade. Isto possibilitou o crescimento do negacionismo histórico e do revisionismo ideológico.

Estes são os desafios que enfrentamos hoje: confrontos abertos contra os saberes produzidos pelas Ciências Humanas, promovidos por grupos como o “Escola sem Partido” (ARAÚJO, 2017); a

proliferação de versões da história do Brasil que mitificam o passado recente como a ditadura civil-militar (NUNES, 2019) ou que negam a existência do racismo estrutural (GRINBERG, ABREU & MATTOS, 2019); e, não menos importante, as dificuldades impostas à formação e atuação docente com a BNCC e o novo Ensino Médio.

Obviamente que o trabalho dos historiadores nos espaços públicos virtuais não deve estar direcionado apenas ao combate dos negacionismos, mas pode incorporar os pressupostos da História Pública. É necessário ter clareza sobre um aspecto ímpar dessa questão: as vozes negacionistas não podem ser a única pauta do discurso público do historiador. O mais importante para a produção do saber histórico voltado ao grande público é a “atitude historiadora”, como batizou Ana Maria Mauad (2018), aquela que aproxima o fazer historiográfico com todas as suas reflexões, problematizações e revisão dos pares das diferentes audiências com as quais nos relacionamos.

Neste ponto podemos incorporar as discussões realizadas por Valdei Lopes de Araújo em texto intitulado “O direito à História: o(a)historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída” (2017), sobretudo quando consideramos que a História no século XXI também assume um lugar de representação de anseios democráticos e de vozes diversas, e que deve atender demandas “de uma cidadania que quer ser pensada como polo ativo na produção de uma historiografia socialmente distribuída” (ARAÚJO, 2017, p.205), ou seja, uma história que se pense em diálogo constante com a sociedade e que tenha por fim último a garantia do direito à história, entendido por Araújo (2017, p.207-208) como “[...] acesso às condições plenas de desenvolvimento e experiência de nossa condição humana, e não uma espécie de difusão de versões simplificadas de caráter pragmático a serviço de projetos de estados, nações, especialistas ou mercados [...]”. Ainda segundo o autor, a história acadêmica sempre conviveu com outras fontes de saberes históricos e estes campos nunca deixaram de interagir e/ou disputar entre si de alguma maneira. Atualmente a interação/disputa fica mais evidente devido à profusão de produtos de história nos meios digitais, mas os papéis de historiadores e historiadoras continua relevante na luta pelo direito à História. Não podemos perder a dimensão da própria constituição disciplinar da história e da historiografia, que segundo Araújo:

[...] passou sempre pela consciência da dificuldade em negociar constantemente suas fronteiras frente às múltiplas pressões, afirmar que a historiografia foi apenas uma "ferramenta" dessas forças é ignorar o que ela tem de mais fundamental, a capacidade de alargar nossa experiência e conhecimento da história, de voltar-se contra si mesma, mesmo que buscando fora de suas fronteiras os recursos para fazê-lo, pois a ideia de autonomia disciplinar não é alheia à porosidade de suas fronteiras, muito antes a exige (ARAÚJO, 2016: 89 apud ARAÚJO, 2017, p.207-208).

O podcast *Fronteiras no Tempo* produzido por nós enquanto historiadores ancorados nessas diretrizes, foi se constituindo como um instrumento para a aproximação entre e os profissionais da

história e seus públicos, corporificando uma das dimensões do que propõe a História Pública, e no combate às práticas e discursos negacionistas. E, para além destes papéis, o Fronteiras no Tempo, e os podcasts de História em geral, podem ser também poderosas ferramentas didáticas em diversos níveis de formação, indo da educação básica até o ensino superior e como forma de entretenimento educativo, se pensarmos que os processos de ensino-aprendizagem transcendem os ambientes formais e institucionais.

PODCASTS E ENSINO DE HISTÓRIA

Estudos que avaliaram os impactos de experiências de aplicação de podcasts em contextos de ensino-aprendizagem já foram realizados em outros países ainda na década de 10 do século XXI. Em 2009, a Universidade do Minho, localizada na cidade portuguesa de Braga, realizou o *Encontro sobre Podcasts*, cujas Actas (Anais) possibilitam o contato com diferentes formas de utilização dessa mídia. A conferência de abertura, intitulada “*A Podcasting Framework for Teaching and Learning in Higher Education*”, proferida por Palitha Edirisingha e Gilly Salmon, docentes da Universidade de Leicester (Reino Unido), analisa a inserção da mídia em ambientes de ensino de diferentes modalidades, tanto presencial quanto a distância. Um dos pontos que chama atenção é a síntese bibliográfica que realizam de estudos conduzidos em 8 universidades localizadas em 4 países, sendo 5 na Inglaterra (Leicester, Nottingham, Kingston, Gloucestershire and Royal Veterinary College), 1 na Escócia (Edimburgo), 1 na África do Sul (Cidade do Cabo) e, por fim, a já citada Universidade do Minho (CARVALHO, 2009, p.10).

As experiências que embasaram os estudos foram aplicadas de diferentes formas e envolveram cursos de áreas distintas, indo da geografia até a veterinária e passando pelo ensino de língua inglesa, física, engenharia e genética, por exemplo. Elas fizeram parte de um projeto intitulado *Informal Mobile Podcasting And Learning Adaptation* (IMPALA), no qual foram estabelecidos 8 eixos de possibilidades de aplicação de podcasts no processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2009, p.11; EDIRISINGHA et. al., 2009).

No primeiro eixo (apoio do aprendizado de palestras e leituras) foram criados podcasts que os estudantes poderiam ouvir antes da aula para aprender conceitos difíceis do curso de graduação em física. Já no eixo 6 (apoio do aprendizado à distância) foram criados Podcasts que oferecessem suporte para que os discentes pudessem “lidar com ansiedades e outras questões emocionais de alunos a distância.” Os exemplos não param por aí, alguns podcasts foram produzidos em vídeo e aplicados nos eixos 2 (suporte de aprendizado para as atividades práticas) e 8 (apoio do aprendizado com material para estudo próprio), no Royal Veterinary College. De acordo com os conferencistas, os estudos trouxeram resultados positivos e contaram com boa aceitação e, sobretudo, engajamento das

comunidades educacionais envolvidas. Algumas dessas práticas/estudos foram realizadas em 2005, o que nos permite inferir que nas comunidades universitárias mencionadas os podcasts foram lidos como agentes de inovação nos processos de ensino-aprendizagem desde o seu surgimento.

Essa questão fica evidenciada na leitura mais aprofundada das “Actas do Encontro Sobre Podcasts”. No evento, coordenado pela professora Ana Amélia Amorim Carvalho, especializada em Tecnologias Educacionais, além da conferência de abertura, foram organizados dois painéis (Painel I: Podcasts no Ensino: Usos e Contextos; Painel II: Podcast: Princípios a Respeitar), sessões de comunicação (com trabalhos completos e resumos expandidos), exposição de pôsteres e workshops.

No primeiro painel, os resultados do projeto “Implicações pedagógicas da utilização de podcasts em regime *blended-learning*” (ensino híbrido) que contou com a participação de 6 docentes e de 479 estudantes da Universidade do Minho, foram explicitados e analisados pelas professoras Ana Amélia Amorim Carvalho, Cristina Aguiar e Romana Maciel. As produções em formato de podcasts atenderam aos oito eixos da proposta do IMPALA e contou com um público de cinco institutos (CARVALHO, 2009, p.24-25). O estudo contou com a participação de estudantes de pós-graduação (107) e de licenciandos (372). O projeto foi aplicado ao longo de 3 semestres, entre 2008 e 2009, e os envolvidos responderam questionários que buscavam mensurar os resultados.

Os resultados do questionário apontaram que ocorreu boa recepção e que, de fato, ocorreu uma melhora na aprendizagem dos envolvidos. Destaca-se que uma parcela dos discentes deficientes visuais que participaram do estudo, embora em número bem reduzido (4%), afirmaram que a experiência “torna mais fácil e menos entediante a aplicação da matéria no estudo”, “porque alguns não faziam tanto sentido se fossem em texto escrito, iriam perder parte da informação” ou “consigo prestar melhor atenção a ouvir do que a ler” (CARVALHO, 2009, p.30). Ademais, os docentes que foram produtores dos conteúdos reconheceram a utilidade da ferramenta, manifestaram a vontade de continuar produzindo, mas também destacaram que a atividade requer tempo e dedicação, além de clamarem por reconhecimento acadêmico destas produções.

Os elementos que se destacam na nossa avaliação dos resultados da pesquisa tocam em dois pontos: o primeiro está diretamente ligado ao fato de que a maior aceitação por parte dos alunos se deu quando os conteúdos trabalhados não eram objeto direto de avaliação, pois exigiria maior concentração exclusiva no consumo da mídia. Essa tendência parece ser comum e recorrente até os nossos dias entre ouvintes de podcasts, tanto portugueses quanto brasileiros, pois como mostra a Podpesquisa, a maior parte dos ouvintes escuta os episódios realizando outras tarefas ao mesmo tempo (ABPod, 2019), normalmente atividades domésticas ou triviais do cotidiano. Já o segundo ponto está relacionado às formas de participação na atividade, pois uma das docentes que participou da pesquisa relatou duas situações distintas que revelam que os perfis dos estudantes influenciam

sobremaneira no consumo e na produção da mídia, pois os alunos que já conseguem desenvolver formas mais autônomas e disciplinadas de aprendizado, além de interesse maior nos temas abordados, consomem de forma ávida as produções. Por outro lado, os estudantes que demandam maior motivação para o engajamento nas atividades de ensino, demonstraram interesse muito maior quando eles puderam produzir os episódios, realizando sínteses dos conteúdos apreendidos. Essa pode ser uma estratégia utilizada tanto na educação superior quanto na educação básica, tendo em vista que um projeto com etapas bem planejadas pode ser executado com número diminuto de equipamentos e algum nível de acesso às TDIC. Nas considerações finais as autoras chamam atenção para a versatilidade da mídia e enfatizam que os envolvidos no projeto pretendem ampliar a sua utilização, especialmente com a adaptação do que chamaram de “materiais autênticos” disponibilizados na internet (CARVALHO, 2009, p.34-35).

As *Actas...* também trazem relatos de experiência e estudos que envolvem a aplicação de podcasts no ensino de história na educação básica. A professora Aline Rodrigues, em parceria com as docentes Ana Amélia Amorim Carvalho e Isabel Barca, trouxe à luz o seguinte texto: “Os Podcasts na construção do conhecimento da História Local: um estudo de caso sobre evidência histórica com alunos do 5º ano de escolaridade” (CARVALHO, 2009, p.176-187). O objetivo do trabalho é “estudar o impacto da utilização dos podcasts na aprendizagem da história local de Braga no século III a.C., período em que existiu a cidade de Bracara Augusta, e a forma como os alunos reagem a este recurso educativo” (2009, p.179).

A atividade didático-pedagógica se deu a partir de um estudo do meio que contou com um roteiro estruturado e a utilização de mapas com nome das ruas com sobreposição histórica, entre o tempo presente e a Bracara Augusta. Durante a visita lia-se os mapas e executavam os podcasts. Os episódios ouvidos pelos estudantes foram de curta duração, indo de 47 segundos até no máximo 5 e serviram como ponto auxiliar das explicações dadas em aula e de complementação e ampliação do objeto de estudo. Como resultado, observou-se uma grande aceitação e, mais do que isso, foi ressaltado que os podcasts poderiam ser ouvidos mais de uma vez caso ocorresse alguma dificuldade na compreensão dos conteúdos e conceitos trabalhados. O ponto alto foi a possibilidade de os discentes do 5º ano poderem criar seus próprios podcasts sobre a atividade, o que despertou um enorme interesse pela história local e pela história em geral (2009, p.182-186).

No Brasil, em 2017, Raone Ferreira de Souza publicou “O podcast no ensino de história e as demandas do tempo presente: que possibilidades?”, um artigo síntese de sua dissertação de mestrado desenvolvida no ProfHistória. Nessa publicação, Souza – que também produz podcast, o *Sobre História* – constata, após realizar um competente balanço historiográfico da “História Pública Digital” e no diálogo com o conceito de *presentismo* de François Hartog, que na era da *web 2.0*, a história vem

ocupando cada vez mais espaço e, mais do que isso, centralidade em diferentes conteúdos produzidos coetaneamente em contextos e locais que extrapolam o espaço acadêmico, indo de produtos culturais e de entretenimento até discursos políticos de diferentes matizes. Nesse sentido, defende que o podcast é uma ferramenta privilegiada para que historiadores, professores e estudantes possam estudar, refletir e construir caminhos de uma cidadania ativa por meio do conhecimento histórico (SOUZA, 2017, p.56-57).

Para o propósito das reflexões que fazemos nesse texto e ao estabelecer paralelo com a produção dos pares portugueses, é importante mencionar o texto “Podcasts para uso no ensino superior de história”, de autoria de Douglas Lima e Rosiângela Picanço (2020, p.10-16). A dupla composta por orientador e estudante defende e ressalta a importância dos podcasts na formação de professores de história, demonstrando as diferentes utilidades e usos que a mídia pode ter.

Como foi possível perceber até o momento, a mídia Podcast está entrelaçada com diferentes formas de ensino e educação histórica digital e, mais do que isso, é um dos caminhos para aproximação de diferentes comunidades históricas e historiográficas com públicos amplos e variados, em diálogo umbilical com um dos aspectos centrais da História Pública no Brasil. Dito isso, é o momento de relatarmos a nossa experiência na produção de um podcast e na inserção de debates públicos.

O PODCAST FRONTEIRAS NO TEMPO NO COMBATE AO NEGACIONISMO

“Fronteiras no Tempo, um podcast de História!”. Com este bordão abrimos os episódios do programa. O mote principal é trazer a História para o público não especialista de uma forma compreensível, mas sem abandonar o rigor do debate historiográfico. Em mais de oito anos de trajetória, tentamos com este podcast nos posicionar construir um espaço em que, enquanto historiadores, possamos experienciar o combate ao negacionismo e promover a aprendizagem histórica fora dos meios tradicionais.

Este projeto pode ser conhecido a partir de dois sítios da internet: o Portal Deviante (<https://www.deviante.com.br>) e no site próprio do podcast (<http://fronteirasnotempo.com>), no qual estão disponibilizadas as postagens dos episódios. Nas postagens dos episódios, além dos arquivos de áudio, pode-se encontrar informações como texto de apresentação do tema, bibliografia e diversos *links* tanto para artigos e livros digitais indicados, quanto para outras finalidades como a campanha de financiamento coletivo, lista de episódios citados e formas de contato. Também é possível encontrar uma sessão de comentários. Nosso objetivo nesta seção é analisar estas informações, fazendo um recorte a partir dos episódios que tratam de temas da História do Brasil, em busca da compreensão sobre como vimos conectando durante a produção do programa as questões discutidas

até aqui neste artigo a respeito das relações entre negacionismo, ensino de História e História Pública através de podcasts. Nossa formação acadêmica aliada às nossas experiências em sala de aula, muito contribuíram para a criação de um estilo de programa em que é constante o convite à reflexão a partir de elementos da consciência e da cultura históricas dos ouvintes. A escolha do recorte espaço-temporal para a seleção dos episódios se justifica pelas nossas trajetórias de pesquisas e atuação no ensino superior, as quais têm foco em temas da história brasileira.

Até o final de 2023, o podcast *Fronteiras no Tempo* havia lançado 78 episódios, desde julho de 2014. O programa é em formato de mesa redonda, geralmente só com os autores deste texto, que são os produtores e fundadores do podcast. Com o passar dos anos, foram incorporados à equipe de produção os professores/historiadores Willian Spengler e Rodolfo Grande Neto. Na parte técnica estão Augusto Carvalho, responsável pelas artes das vitrines, Adriano João e Raphael Bruno Oliveira, os editores, cujos trabalhos são fundamentais para a experiência sensorial que é ouvir o podcast.

Além do podcast *Fronteiras no Tempo* há outro programa que publicamos periodicamente, chamado “Historicidade”. Neste, historiadores e pesquisadores de ciências humanas e sociais são entrevistados acerca de algum de seus trabalhos. Não analisaremos estas produções no momento, pois entendemos que o seu formato e as especificidades de cada entrevistado rendem considerações que extrapolariam os intentos deste artigo. Vale ressaltar que, somando-se os episódios dos dois programas, ao final de 2023 já haviam sido publicadas 142 produções, que totalizaram mais de 2 milhões de interações com os ouvintes da plataforma de transmissão Spotify.

Cada episódio do *Fronteiras no Tempo* tem cerca de uma hora e trinta minutos em média, portanto são disponibilizadas mais de 100 horas de debates entre os apresentadores e seus convidados, que apareceram em temas específicos. O programa é gravado a partir de um roteiro problematizando questões que dialogam com os debates públicos sobre a história, especialmente aqueles que são alvo do negacionismo ideológico. Os roteiros compõem-se de textos-base, tópicos, documentos históricos variados, que embasam as discussões durante o programa.

Fizemos um recorte nos programas produzidos durante os primeiros sete anos do programa. Do total de episódios deste período, 25 tratam de alguma forma, direta ou indireta, da história do Brasil. Vamos, agora, analisar as informações que apresentam nas postagens de publicação em busca da compreensão de como organizam a comunicação ao público sobre o que será apresentado no episódio, na tentativa de compreender como produzem o trabalho e de que forma isto pode se relacionar com a aprendizagem histórica. Mas antes, observemos a lista de programas selecionados no quadro 1:

QUADRO 1 - Podcast Fronteiras no Tempo – Episódios sobre História do Brasil 2014-2021

Episódio/Tema	Data de lançamento	Episódio/Tema	Data de lançamento
#4 Raça e Racismo no Brasil	01/12/2014	#36 Zumbis, História e Consciência Negra	20/11/2018
#5 Ficção e História: Uma história de amor e fúria	02/02/2015	#39 Revolta da Chibata	15/05/2019
#8 Guerra de Canudos	31/08/2015	#41 A Era Vargas parte 1: A Revolução de 1930	15/08/2019
#9 Independência do Brasil	16/12/2015	#42 História Social do Açúcar	01/10/2019
#19 Tráfico Negreiro	27/05/2017	#48 A Era Vargas parte 2: 1930-1937	27/05/2020
#21 Golpe de 1964	20/08/2017	#50 A Era Vargas parte 3: O Estado Novo (1937-1945)	03/08/2020
#22 Ditadura Civil-Militar	02/09/2017	#54 Mitos da Escravização	17/02/2021
#24 Fim da Ditadura Civil-Militar	02/11/2017	#56 A Era Vargas parte 4: o fim do Estado Novo e a redemocratização	14/05/2021
#30 Abolição da Escravidão	05/06/2018	#57 A Era Vargas parte 5: o segundo governo (1950-1954)	08/06/2021
#31 Revolta da Vacina	04/07/2018	#58 Proclamação da República	02/08/2021
#34 Sistema Político na República Velha (1889-1930)	25/09/2018	#61 Guerra do Paraguai	19/10/2021
#35 Indígenas na História do Brasil	23/10/2018	#63 As funções dos guerreiros na cultura Tupi Guarani	29/12/2021

Fonte: <https://www.deviant.com.br/podcasts/fronteirasnotempo/>

Algumas observações podem ser feitas a partir dos temas relacionados no quadro 1. Nota-se, primeiramente, que há diversidade quanto aos períodos trabalhados, ainda que os episódios sobre período republicano acabem se mostrando em maior quantidade. Também nos preocupamos em trazer temas que são considerados tradicionais da História, ensinada e difundida em produções culturais em geral, mas que quase nunca contam com atualização sobre o debate historiográfico nos grandes meios. Além disso, são temas que despertam atenção do público em geral, sendo alvos muitas vezes dos ataques negacionistas. Um exemplo são os episódios sobre as questões indígena e a escravidão.

A questão indígena está presente nos episódios 36, 37 e 42, apesar de indiretamente ser pauta em vários outros, evidentemente. Destacamos o debate do episódio 35, intitulado “Indígenas na História do Brasil”, lançado em 23 de outubro de 2018. Segundo a sinopse disponível na postagem trata-se dos seguintes temas:

Entenda quais foram as abordagens históricas predominantes em relação aos povos indígenas nos últimos séculos, descubra qual nossa relação com a história desses povos, entenda por que as comemorações do dia do índio não fazem justiça à relevante participação destes povos na nossa formação sociocultural (grifo nosso), emocione-se ao saber dos constantes massacres de diversas etnias e surpreenda-se

com as estratégias de sobrevivência e resistência destes povos ao longo do tempo (FRONTEIRAS NO TEMPO #35, 2018).

A parte grifada no trecho corrobora a característica que levantamos, ou seja, buscamos trazer uma questão que faz parte do senso comum, da visão que muitas pessoas têm sobre o passado, indígena no caso, e a subvertem a partir da problematização destes pontos. Além das referências bibliográficas, há, ainda, indicações de documentários e filmes disponíveis nas plataformas digitais. Por fim, destaque-se que também se encontra na postagem a lista com a trilha sonora para que os ouvintes possam conhecer o que toca ao fundo enquanto debatemos. Dessa forma, podemos observar que se trata não só de uma atualização do debate, mas do uso do podcast e de todos os recursos que ele disponibiliza para ativar processos de reflexão e aprendizagem junto ao público. Tal movimento também é uma evidência que os historiadores se colocam como curadores de produtos culturais que podem contribuir para uma reflexão histórica, como bem esclareceu Valdeir Araújo (2017).

Ainda no âmbito dos debates sobre a questão indígena, lançamos um episódio especial no final de 2021 intitulado “As funções dos guerreiros na cultura Tupi Guarani”.

Neste episódio recebemos a contribuição do historiador Cleirray Wera Fernando, indígena do povo Guarani Mbya, residente da aldeia Aguapeú localizada em Mongaguá-SP. Cleirray nos conta as funções dos guerreiros na cultura tupi guarani e nos faz perceber como a história é viva, rica e importante no universo e na organização social dos povos indígenas do Brasil (FRONTEIRAS NO TEMPO #63, 2021).

O historiador convidado foi aluno de um dos apresentadores do Fronteiras no Tempo. A publicação deste episódio foi o fruto das experiências que Cleirray Wera teve com a produção de podcasts como forma de aprendizado em uma disciplina optativa intitulada “História Pública e Divulgação Científica da História” na graduação. Para além desta questão, também ressaltamos nossa preocupação em abrir espaços para grupos sociais que tanto falamos em outros episódios, resgatando, neste caso, o protagonismo indígena não como objeto de estudos, mas como agentes e contadores de sua própria história. Do ponto de vista da discussão sobre História Pública esta é uma questão fundamental.

A participação de Cleirray Wera corrobora, ainda, o que apontaram Cláudia Bovo e Marcos Pinheiro no artigo “História Pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história” (2019): os autores nos trazem a reflexão sobre como os espaços virtuais de produção do conhecimento devem ter mais relevância na produção historiográfica e na prática em sala de aula, sendo assim, a formação dos professores-historiadores deve levar essa dimensão em conta para que estejam preparados para esse novo contexto – que nem é tão novo assim, posto que vem se desenhando desde pelo menos o final do século XX com a expansão da internet.

Temos também a intenção de problematizar os chamados temas canônicos da história, especialmente quando abordamos a questão da escravização africana no Brasil, sobre a qual tratamos nos episódios 4, 19, 30, 36 e 54. Em todos eles buscou-se fazer a ponte entre o conhecimento científico produzido nas universidades, o que é ensinado na escola e aprendido em outros meios pertencentes a cultura de história como filmes, televisão, música entre outros. Além disso, como na questão indígena, o debate é centrado na problematização de lugares comuns sobre os temas, algo que culmina, ao nosso ver, com o que foi apresentado no episódio 54, lançado em fevereiro de 2021, chamado *Mitos da escravização*.

A escolha do título deste episódio extrapola os debates acadêmicos e se alinha com as demandas dos movimentos sociais negros. Utilizamos o termo escravização/escravizados para demarcar a importância dos sujeitos que tiveram sua força de trabalho explorada durante os períodos colonial e imperial no Brasil, pois as milhões de mulheres e homens submetidos ao trabalho cativo não podem ser resumidos apenas como de escravos. Todas as pessoas foram sujeitadas a escravização. Além disso, escravo é uma palavra que denota a naturalização da condição cativa, enquanto escravizado deixa mais em evidência o sistema opressor ao qual ele esteve submetido. Para este último episódio, elaboramos a seguinte sinopse:

Neste episódio: Entenda os significados da escravidão moderna e as diferenças entre regime e os que existiram em outras sociedades. Reflita sobre o processo de escravização como forma de criação de relações sociais, políticas e culturais no mundo moderno e contemporâneo. Entenda como se desenvolveram as pesquisas históricas, as principais interpretações e autores, e de que forma essas leituras sobre a escravidão moldaram nossa identidade nacional. Analise como a escravidão se relaciona com o desenvolvimento do sistema capitalista. Conheça o processo do tráfico negreiro e, ainda, as diferenças entre a escravidão que existia em África e a que foi sendo criada pela demanda europeia por mão-de-obra. Se surpreenda ao perceber como um sistema que terminou há tanto tempo ainda traz consequências graves para todo o conjunto da sociedade brasileira e, também, de todas as regiões que formavam o que hoje em dia conhecemos como mundo atlântico (FRONTEIRAS NO TEMPO #54, 2021).

Consideramos analisar este último episódio, pois nele, de certa forma, apresentamos um apanhado geral das discussões que fizemos nos episódios anteriores sobre o tema. Isso fica claro ao observarmos os temas dos demais episódios que tratam sobre a escravização, indo desde a questão do tráfico negreiro, passando pelas comemorações do dia da consciência negra, debates sobre a abolição e o racismo no Brasil. Na postagem do episódio 54 são disponibilizados links para vários outros episódios que são citados no debate, dentre eles entrevistas com pesquisadores do tema concedidas ao programa Historicidade. Como exemplo temos as entrevistas concedida pelos professores e pesquisadores Jonis Freire (HISTORICIDADE, #35 Família Escrava) e Cleudiza Fernandes de Souza (HISTORICIDADE, #44 Agência negra e usos da justiça no pós-abolição).

Não há preocupação da nossa parte em obedecer a alguma ordem cronológica de temas, deixando de lado, assim, uma visão muito comum que as pessoas têm da História. Conforme podemos observar no quadro 1, referente às datas de lançamento dos episódios, a escolha dos temas reflete os debates públicos sobre história fora da universidade, especialmente os que acontecem em espaços públicos virtuais. Isso fica evidente em alguns episódios fora da nossa lista de seleção, como o que trata sobre o “Nazismo de esquerda” – episódio 25, lançado em 2017 – por exemplo.

Retomando a sinopse do episódio 54, recém apresentada, destacamos a seguinte passagem: “Conheça o processo do tráfico negreiro e, ainda, as diferenças entre a escravidão que existia em África e a que foi sendo criada pela demanda europeia por mão-de-obra”. Neste ponto nosso objetivo era nos colocarmos diante da demanda pública por debates sobre o sistema escravista, cujos sentidos e características vinham sendo deturpados em obras supostamente polêmicas, “politicamente incorretas”, mas que apresentam somente a polêmica vazia para venda de livros.

Essas obras polêmicas, como Arthur Avila bem destacou no artigo “Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico” (2021), estão inseridas em um movimento muito bem orquestrado que busca de forma explícita minimizar ou até mesmo obliterar as reivindicações de reparação histórica por meio de políticas públicas. Entre os que mais se destaca nesse projeto é a produtora “Brasil Paralelo”. As produções audiovisuais trazem a ideia de que a História que eles estão contando é a “verdadeira”, pois lançam luz sobre uma realidade que foi escondida de todos pelo “marxismo cultural” que domina as universidades e a historiografia acadêmica. Segundo Avila, quando abordam o tema da escravização, o fazem com o discurso de que a prática era normal, corriqueira, que o mundo todo a praticava e, mais do que isso, eximem “os luso-brasileiros e demais europeus, tanto na Colônia quanto no Império oligárquico que a seguiu, de responsabilidades” (Avila, 2021, p.167), chegando inclusive “a negar qualquer fundamento racial à escravidão nas Américas, enquanto outro [vídeo] usa o exemplo dos (poucos) senhores de escravos negros, para ‘demonstrar’ a ausência deste embasamento étnico”. Logo, “nega-se a possibilidade de reconhecimento das desigualdades raciais e sociais advindas desta ‘coincidência’”, além de desprezarem qualquer agência dos sujeitos que foram submetidos ao julgo da escravidão (idem). Como já evidenciamos, os discursos revisionistas ideológicos estão intimamente ligados à movimentos que pretendem impedir a correção de desigualdades estruturais na sociedade brasileira, cuja prática está justamente na negação do direito a história dos grupos socialmente excluídos.

Uma experiência que buscamos proporcionar aos ouvintes do Fronteiras no Tempo é a de conhecer como trabalham os historiadores em relação aos debates do presente. Na introdução episódio 4, “Raça e Racismo no Brasil”, e do episódio 54, “Mitos da Escravização”, as nuances e o debate social do momento em que gravamos ficam evidentes e mostram como elas se relacionam com

nosso trabalho de professores e historiadores. As formas de aproximação com o público se colocaram de maneiras diferentes, mas ainda assim com a preocupação em estimular o aprendizado daqueles que nos ouvem. Não é uma aula, no sentido como muitos podem imaginar, trata-se de uma conversa realmente, o estabelecimento de um primeiro passo para o diálogo, o qual ficou aberto desde então, já que o público pode até hoje acessar as postagens dos episódios e nos enviar perguntas e comentários. Com mais de seis anos de diferença entre os episódios é certo que a experiência adquirida entre os 50 programas que separam um do outro trazem mudanças. Podemos observar nas falas a seguir como se constituiu o caráter educativo e dialogado do programa. Começamos pela fala de um dos autores deste texto no áudio do episódio 4:

É importante que todo mundo tenha opinião sobre o tema [raça e racismo no Brasil], [...] nossa intenção não é dizer para as pessoas o que elas têm que pensar sobre o assunto, mas que elas pensem com propriedade, sabendo que existe gente séria que pesquisou o assunto [...]. Os pontos de vista sempre vão ser diversos, mas não pode [SIC] tá falando porque acha [...], porque ouviu dizer, tem que saber o que está falando (FRONTEIRAS NO TEMPO #4, 2014, minutagem: 2:34 a 2:54)

Nesta fala ressaltamos que os objetivos do podcast se alinham com uma visão sobre o processo de aprendizagem por meio da reflexão autônoma, mas que a mediação dos historiadores é importante, para evitar equívocos. Naquele momento, em 2014, esta postura se alinhava com o debate público da época, momento no qual começavam a ser questionados fortemente os (poucos) avanços sociais das políticas afirmativas e quando as posições autointituladas “politicamente incorretas” visavam promover um movimento reacionário contra a inclusão de pessoas pretas no ensino superior ou em qualquer posição na qual pudessem expressar o mínimo de poder ou representatividade. Para além disso, nossa principal observação vai para a frase “pensem com propriedade, sabendo que existe gente séria que pesquisou o assunto”. Chamamos a atenção do ouvinte para o fato de que muito que é falado no espaço público não é “sério”, posto que nem sempre é baseado em debates honestos com as posições historiográficas; também não se trata de um impedimento para que o ouvinte continue pensando como quiser, fazemos um convite para que problematize seu próprio conhecimento histórico e aprenda a reconhecer as interpretações feitas pelos historiadores. Já em 2021, no episódio 54, o debate foi apresentado desta maneira:

[...] para que a gente possa desvendar [...] muitos lugares comuns, muitas formas que nós temos de olhar para esse passado que muitas vezes acabam camuflando uma série de problemas que são presentes, mas que a gente não enxerga, porque a gente tem uma visão estereotipada, mítica do [...] sistema escravista como um todo. [...] Daí que vem a nossa preocupação: [...] para que vocês possam refletir junto com a gente sobre os impactos [...] do regime escravista, no Brasil e no mundo atualmente (FRONTEIRAS NO TEMPO #54, 2021, minutagem: 2:53 a 3:30).

Novamente convidamos a audiência à reflexão, por meio de uma postura que se assemelha ao que é proposto pelos pesquisadores do ensino de história, mas, ao mesmo tempo, não se trata de um programa cujo roteiro se dispõe a simular uma aula. O convite à reflexão se destaca novamente, desta vez buscando levar aos ouvintes a possibilidade de desvendar – enxergar melhor – os elementos do processo de escravização que estariam ocultos para a maioria das pessoas. É um trabalho com a consciência histórica de cada um que ouve este episódio do podcast, como explicado por Luiz Fernando Cerri,

No quadro atual, com o que sabemos a partir das pesquisas empíricas que estão apenas em seu início, ensinar história considerando a consciência histórica é desenvolver atividades que permitam que o educando conheça história - de preferência a história que, de forma mais aproximada, seja sua história - ao mesmo tempo que conhece diferentes formas pelas quais se lhe atribuiu significado (CERRI, 2011. p. 130).

Portanto, ainda que o podcast *Fronteiras no Tempo* tenha passado por diversas fases e que nós estejamos igualmente sempre em transformação, o programa mantém como espinha dorsal a proposta da aprendizagem histórica por meio de elementos que fogem daquilo que poderia ser tratado dentro do ensino tradicional e que, por consequência, servem muito bem como ferramentas poderosas para combater os diversos negacionismos que se apresentam no debate público atualmente. Por sermos professores, com atuações pretéritas também no ensino básico, buscamos evidenciar que a escolha dos temas e a maneira de produzir o *Fronteiras no Tempo* expressam na prática aquilo que vem sendo discutido no decorrer deste artigo ao trazer as noções de História pública e as possibilidades de aprendizagem por meio de podcasts. Restam ainda muitas questões que podem ser feitas tanto ao material que selecionamos para este texto quanto para a grande quantidade que se encontra disponível no Portal Deviante, contudo, vamos encerrar por aqui o debate, tendo em vista o cumprimento do nosso objetivo principal e os limites deste texto.

Neste artigo pudemos compreender que a mídia podcast é uma ferramenta tecnológica com potencial educacional já testada em outros países. Ela também permite a realização de práticas diversificadas no processo de ensino-aprendizagem, que podem inclusive envolver os educandos de forma ativa no processo. Ademais, ressaltamos que a experiência enquanto historiadores envolvidos na produção de um podcast pode contribuir para o desenvolvimento do ensino de história nos espaços formais e não formais, ocupando lugares que tradicionalmente não ocupávamos, o que, por vezes, nos deixavam à margem de produções que compõem a cultura de história voltadas a públicos amplos. Sabemos que nossa voz não é uma vacina contra os discursos negacionistas revisionistas, mas podemos contribuir para a qualificação do debate público e, sobretudo, para garantir a construção de caminhos que permitam que o direito a história se torne amplo e irrestrito.

REFERÊNCIAS

- ABPod - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTS. **Podpesquisa**. Website. Disponível em: PodPesquisa – abPod,
- ABPod - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTS. **Podpesquisa**: produtores (2020-2021). Website. Disponível em: PodPesquisa – abPod,
- ABREU, M. S. de; CUNHA, N. R. de C. Cultura de história, história pública e ensino de história: a investigação e formação de professores de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 111–134, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.527. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/527>.
- ALMEIDA, Juniele; MENESES, Sônia (org.). **História Pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História** [online]. 2021, v. 41, n. 87 [Acessado 6 Março 2022] , p.161-184. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>>. Epub 02 Jul 2021. ISSN 1806-9347.
- BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 113-134, 2019
- CARVALHO, Ana Amélia A. (org.). **Actas do Encontro sobre Podcasts**. Braga: CIED., 2009.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- EDIRISINGHA, Palitha; CANE, Chris; CANE, Robert; NOKOI, Samuel. e-Learning Research Project Report 08/09. **Informal Mobile Podcasting And Learning Adaptations for Transition (IMAPAL4T)**. Leicester: University of Leicester, December 2009. Disponível em: https://leicester.figshare.com/articles/report/Informal_Mobile_Podcasting_And_Learning_Adaptations_for_Transition_IMAPAL4T_e-Learning_Research_Project_Report_08_09/10100438
- FILIPE, Fabiana Alvarenga; SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação** [online]. 2021, v. 29, n. 112 [Acessado 23 Março 2022], pp. 783-803. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902296>>. Epub 22 Feb 2021. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902296>.
- FRONTEIRAS NO TEMPO #04 **Raça e Racismo no Brasil**. Locução: Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 01/12/2014. Podcast. Disponível em <https://www.deviante.com.br/podcasts/fronteirasnotempo/fronteiras-no-tempo-4-raca-e-racismo-no-brasil/>
- FRONTEIRAS NO TEMPO #35 **Indígenas na História do Brasil**. Locução: Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 23/10/2018. Podcast. Disponível em: <https://www.deviante.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-35-indigenas-na-historia-do-brasil/>
- FRONTEIRAS NO TEMPO: HISTORICIDADE #35 **Família escrava**. Locução Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 03/12/2020. Podcast. Disponível em: <https://www.deviante.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-historicidade-35-familia-escrava/>

FRONTEIRAS NO TEMPO #54 **Mitos da escravização**. Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 17/02/2021. Podcast. Disponível em <http://www.deviante.com.br/?p=44900&preview=true>

FRONTEIRAS NO TEMPO: **Historicidade #44 Agência negra e usos da Justiça no pós-abolição** Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 30/11/2021. Podcast. Disponível: <https://www.deviante.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-historicidade-44-agencia-negra-e-usos-da-justica-no-pos-abolicao/>

FRONTEIRAS NO TEMPO #63 *As funções dos guerreiros na cultura Tupi Guarani*. Locução Cesar Agenor Fernandes da Silva, Marcelo de Souza Silva [S.l.] Portal Deviante, 29/12/2021. Podcast. Disponível em: <https://www.deviante.com.br/podcasts/fronteiras-no-tempo-63-as-funcoes-dos-guerreiros-na-cultura-tupi-guarani/>

GRINBERG, Keila; ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v.8, n.15, jun., p.17-38 2019

HERMETO, Miriam. FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Entrevista – Marieta de Moraes Ferreira: uma trajetória em (o que hoje chamamos) história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 223-238 – 2019

LIMA, Douglas Mota Xavier de; PICANÇO, Rosiângela Campos. **Guia de tecnologias digitais e ensino de História**: podcasts de História [recurso digital]. 1.ed. Belém: Rfb Editora, 2020.

LIMA, Douglas Mota Xavier de; PICANÇO, Rosiângela Campos. Podcasts para uso no ensino superior de história. In: Bueno, André; Neto, José Maria (org.) **Ensino de História**: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020, p.10-16.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.) **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários: São Paulo: Letra & Voz, 2016.

_____. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **Historia Crítica, Bogotá**, n. 68, p. 27-45, abr./jun. 2018

MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 66–88, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.522. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/522>.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (orgs.). **Novos combates pela história**: desafios e ensino. São Paulo: Contexto, 2020.

NOIRET, Serge.. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc Em Revista**, v.11, n.1, p. 28-51, maio, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.797>

NUNES, Fernando de Lima. Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas. **Revista História Hoje**, v.10, n.19, p.180-188, 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/20/showToc>

Portal Deviante. [homepage], s/d. Disponível em: www.deviante.com.br

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de. **Coleção história do tempo presente**: volume II. Boa Vista: UFRR, 2020, *E-book*.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da história – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007.

SALBIA, Elias Tomé. **As utopias românticas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

SANTAELLA, Lucia. Cibercultura & livro: desfazendo equívocos. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (org.). **O livro na cibercultura**. Santos: Leopoldianum, 2019. *E-book*.

SILVA, C. A. F. da. SILVA, M. de S. **Fronteiras no Tempo**. [homepage]. 2014. Disponível em: <www.fronteirasnotempo.com>

SOUZA, Raone Ferreira. O podcast no ensino de história e as demandas do tempo presente: que possibilidades? **Revista Transversos**. “Dossiê: As NTICs e a escrita da história no tempo presente”. Rio de Janeiro, n. 11, p.42-62, ano 04, dez., 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.31585

STEIN, M. N.. Considerações sobre a produção e a divulgação do conhecimento histórico em tempos de negacionismo. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n.87, p.7-10, 2021.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BEVERNAGE, Berber. Apresentação. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia. **Revista Brasileira de História** [online]. 2020, v. 40, n. 85 [Acessado 5 Março 2022] p. 147-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n85-08>>. Epub 02 Dez 2020. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n85-08>

WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. **Revista de História**, São Paulo, v.46, n.93, jan-mar., p.177-200, 1973yy.